

# “A construção de um mito”: a propaganda e a imprensa na Era Getúlio Vargas (1930-1954)

Alice Jungblut Braun\*  
Geovana Klaus Magalhães\*\*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p218-246

**Resumo:** Getúlio Vargas é certamente um dos mais lembrados e maiores nomes do cenário político brasileiro do século XX e, enquanto presidente do Brasil, dedicou-se a construir a própria imagem pública. Vargas foi um ditador e, ainda hoje, é reconhecido por suas qualidades de estadista e, ao mesmo tempo, de homem comum (GOMES, c2020). Portanto, a partir dessas múltiplas facetas de Getúlio, o presente trabalho considera e analisa as imagens de Getúlio Vargas durante suas três fases enquanto presidente do Brasil, focando em cada uma delas separadamente: o Governo Provisório e Constitucional (1930 – 1937), a ditadura do Estado Novo (1937 – 1945) e o Governo Democrático (1951 – 1954). Para tanto, são utilizadas as propagandas e fotografias oficiais veiculadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda entre os anos de 1930 e 1945 e, posteriormente, pela Agência Nacional entre os anos de 1951 e 1954. Assim, mostra-se como a complexidade e ambiguidade garantem a Getúlio Vargas sua força de permanência, evidenciando, ainda, seu projeto político e identificando a imagem que desejava difundir e fixar na memória coletiva brasileira.

**Palavras-chave:** Getúlio Vargas; Imagem; Imprensa; Mito; Propaganda.

\* Graduanda em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Tem interesse nos estudos de História da Arte e História Cultural. E-mail para contato: [alicejbraun@hotmail.com](mailto:alicejbraun@hotmail.com)

\*\* Graduanda em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Tem interesse nos estudos de História Política e História dos Intelectuais. E-mail para contato: [klausgeovana@gmail.com](mailto:klausgeovana@gmail.com)

## 1. Introdução

Nascido em São Borja, no Rio Grande do Sul, em 19 de abril de 1882, Getúlio Dornelles Vargas é um dos maiores e mais lembrados nomes do cenário político brasileiro do século XX. Iniciada na década de 1920, sua trajetória de presença e força política chegou ao fim com seu suicídio em 24 de agosto de 1954. Vargas é conhecido por muitos, ainda hoje, como um exemplar de mito político.

Segundo Ângela de Castro Gomes (c2020), os mitos políticos são uma construção moderna, que só se torna possível à medida que a sociedade vê a política como uma atividade central, na qual as "massas" tornam-se agentes necessárias e temidas. Os mitos, quando ligados a uma personalidade, como é o caso de Vargas, assumem um papel de guia para o povo e, portanto, devem ser reconhecidos e seguidos.

Ademais, exigem uma ativa e elaborada propaganda governamental, que estabeleça uma relação com a população receptora a partir do vínculo, direto ou indireto, com sua experiência de vida. Sendo assim, a construção de um mito não é mera obra de mistificação, pois, segundo Gomes (c2020), esta construção vai além da ideia comum de que a população brasileira "ingênua" é continuamente enganada pelos políticos, que defendem apenas seus interesses pessoais, e requer uma reflexão sobre as relações entre representantes e representados.

Getúlio ocupou a presidência enquanto o Brasil tornava-se uma sociedade urbano-industrial, ao mesmo tempo em que adentrava a era dos meios de comunicação de massa, não podendo mais desconsiderar os problemas sociais e econômicos que perturbavam a população há décadas. Em meio a isso, durante seus anos como presidente, Vargas dedicou-se a construir e perpetuar sua imagem política junto à população. "Ficou conhecido como o 'pai dos pobres', o protetor dos trabalhadores, mas também como o presidente em cujo governo trabalhadores foram presos, torturados e até

mortos.” (GOMES, c2020). Dessa forma, ao longo de seus mandatos, Getúlio criou uma imagem composta por contradições.

À vista disso, o presente artigo propõe o estudo dessas contradições e o faz a partir da análise da trajetória política de Vargas utilizando-se de análise de fontes propagandísticas e jornalísticas. Para tanto, estudam-se separadamente o Governo Provisório e Constitucional (1930 – 1937), a ditadura do Estado Novo (1937 – 1945) e o Governo Democrático (1951 – 1954). Enfatizando, ainda, tanto as produções dos aparatos do governo como também produções da oposição, para assim perceber a imagem que foi potencializada significativamente pela propaganda governamental e pela imprensa. A partir disso, pretende-se evidenciar a imagem pública que Getúlio desejava passar à população brasileira, assim como seu projeto político.

## 2. A ascensão de Getúlio Vargas ao poder

Durante a primeira experiência republicana do Brasil (1889 – 1930) houve um domínio político de seis estados: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e São Paulo – com destaque para os dois últimos. Tais estados eram os mais influentes e proeminentes na época. É desse período que advém a expressão “política do café com leite”, que se refere à aliança realizada entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, com o intuito de manter e aumentar seu poderio econômico e político. Tal aliança também tinha como objetivo garantir uma alternância do poder político entre ambos estados, os quais indicavam seus presidentes e utilizavam de diversos métodos coercitivos para garantirem a eleição dos seus candidatos.

Apesar do grande domínio de tais estados nos jogos políticos e econômicos, estes eram muito mais complexos do que a expressão “política do café com leite” indica. A aliança entre Minas Gerais e São Paulo, na prática, também passava pelos demais

**“A construção de um mito”**

estados anteriormente citados, que se organizavam e se articulavam de acordo com seus interesses políticos e econômicos. Conforme Claudia Viscardi (2013, p. 168), para o jogo político se manter,

[...] as negociações tinham que ser longas e as regras, nunca escritas, mas sempre compartilhadas, tinham que ser respeitadas. Primeira regra: o poder dos estados era desigual e hierarquizado. Segunda regra: a cada eleição havia uma renovação parcial do poder entre eles, rejeitando-se assim atitudes monopolizadoras. Terceira: a manutenção do regime dependia do cumprimento dos princípios anteriores.

Assim, novas alianças entre os estados faziam-se durante o período e tais trocas certificavam a continuidade do regime. Os estados entendiam seu poderio, que também era reconhecido pelos demais. Nesse sentido, de acordo com Marcos Napolitano (2016, p.31),

As sucessões na Primeira República e a capacidade de cada grupo estadual se articular de maneira bem-sucedida a poderosos de outros estados dependiam não apenas da força econômica das suas elites, mas também da sua capacidade de organização política tanto local quanto nacional.

Dessa forma, a expressão “política do café com leite” não é adequada para explicar o processo político na Primeira República. É inegável o poder político e econômico de Minas Gerais e São Paulo e este não pode ser ignorado. Entretanto, existiam outros estados influentes e fatores que também moldaram o jogo político durante a Primeira República do Brasil.

Em meio a isso, na eleição presidencial de 1930, essa aliança foi quebrada pelo próprio presidente do país, Washington Luís. Paulista, deveria indicar um mineiro para ocupar seu lugar, em torno dos quais as oligarquias se reuniram para garantir sua eleição. Entretanto, o então presidente indicou outro paulista – Júlio Prestes – para assumir

Alice Jungblut Braun / Geovana Klaus Magalhães

o cargo, o que causou uma maior instabilidade no sistema político. Minas Gerais optou por lançar seu próprio candidato de oposição em conjunto com o Rio Grande do Sul e a Paraíba, ao invés de apoiar Júlio Prestes. A chapa da oposição era encabeçada por Getúlio Vargas, do Rio Grande do Sul, e seu vice João Pessoa, da Paraíba.

Apesar da campanha eleitoral e da popularidade de Vargas, a oposição perdera as eleições, que foram marcadas por corrupção, subornos e coerções – como o usual da época. Porém, alguns integrantes da oposição começaram a conspirar para garantir que Getúlio chegasse à presidência – ainda que o próprio apenas tenha agido quando as chances de vitória eram praticamente certas.

O assassinato de João Pessoa serviu como um estopim para a oposição lançar sua ação armada no país, mesmo que o ato não tivesse sido encomendado pelos paulistas. Quando o Rio Grande do Sul estava sob o comando da oposição, Getúlio assumiu o comando civil da rebelião e foi até o Rio de Janeiro na intenção de depor Washington Luís e assumir a presidência do país – o que de fato ocorreu. Esse movimento é chamado de Revolução de 1930, por representar uma mudança na política do país. De acordo com Boris Fausto (1970, p. 102),

A frente que derruba do poder Washington Luís compõe-se com a classe dominante de uma região cada vez menos vinculada aos interesses cafeeiros (Minas Gerais) e de áreas deles inteiramente desvinculadas (Rio Grande do Sul, Paraíba), contando com a adesão de uma parcela ponderável do aparelho militar do Estado. Sua base de apoio é representada por todas as forças sociais das regiões em dissidência e pelas classes médias dos grandes centros urbanos.

Dessa forma, é possível notar que a Revolução de 1930 ocorreu devido às insatisfações de outras oligarquias e grupos sociais que não possuíam seus interesses re-

**“A construção de um mito”**

presentados nem atendidos pela elite cafeeira. Apoiado por tais grupos, em 3 de novembro de 1930, Getúlio Vargas, com a ajuda do Exército, aplica um golpe de Estado e assume a presidência do Brasil.

Ao chegar ao poder, Getúlio Vargas já possuía uma imagem no imaginário da população brasileira. Vargas optou por se aproximar do povo durante a campanha para as eleições presidenciais e a subsequente Revolução de 1930, organizando comícios em praças e realizando discursos à população.

De acordo com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), Vargas cria, em 1931, o Departamento Oficial de Propaganda (DOP). Formulado para que Getúlio tivesse controle sobre sua imagem perante a população, o DOP também teve como função divulgar as ações do governo através das rádios. Em 1934, esse departamento foi substituído pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), mas seu funcionamento começou a ficar obsoleto e perder força.

Dentro destes departamentos e também para a imprensa, as fotografias se tornaram importante fonte de informação e divulgação. Assim, Vargas beneficiou-se disso para começar a estabelecer sua imagem diante do povo. Mais especificamente, conforme Ana Maria Mauad (2013, p.13), “a fotografia pública é produzida por agências de produção da imagem que desempenham um papel na elaboração de uma opinião pública (meios de comunicação, estado etc.)”.





Imagem 1: Aspecto de uma parte da esplanada do Castelo quando o Dr. Getúlio Vargas leu a sua plataforma de Governo. Fonte: Revista Careta, 1930.

Na Imagem 1, veiculada pela Revista Careta<sup>1</sup>, que possuía grande circulação, está registrado o momento do anúncio da chapa de oposição através de um comício voltado para o povo – uma novidade na época. A foto foi a segunda publicada na seção intitulada de *A Recepção dos Candidatos da Aliança Liberal*. Na legenda da revista, diz-se “Aspecto de uma parte da esplanada do Castello quando o Dr. Getúlio Vargas leu a sua plataforma de Governo.” Além das legendas, não há textos ou maiores informações

---

<sup>1</sup> A Revista Careta foi fundada por Jorge Schmidt no Rio de Janeiro em 1908 e consistia em uma publicação semanal com caráter satírico e humorístico, mas também informativo. Era conhecida por fazer amplo uso de ilustrações e fotografias. Sua última edição foi publicada em 1960. Todo o acervo da revista é disponibilizado digitalmente pela Biblioteca Nacional. Disponível em < <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARETA.pdf> >

## “A construção de um mito”

sobre a foto e, devido a isso, não é possível determinar o posicionamento político da Revista sobre a chapa da oposição e Getúlio Vargas.

Até então, os anúncios das eleições ocorriam em um recinto fechado para convidados escolhidos (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 355), ou seja, o povo não estava inserido diretamente no processo político. Vargas era a atração principal do comício, que ocorreu na Esplanada do Castelo, localizada no Rio de Janeiro. Pela imagem, pode-se notar que o evento foi bem vindo pelo povo, majoritariamente masculino, reunido pela primeira vez para escutar um político dirigindo-se diretamente a ele. De acordo com Schwarcz e Starling (2015, p. 355), a multidão estava estimada em torno de 100 mil pessoas e aplaudia entusiasticamente a leitura da plataforma da Aliança Liberal. A maioria masculina da multidão dá-se devido à Constituição de 1891, na qual as mulheres ainda não têm direito ao voto.



Imagem 2: Getúlio Vargas deixa Porto Alegre de trem para assumir o comando das forças revolucionárias em marcha para a capital federal. Fonte: Arquivo Osvaldo Aranha (CPDOC).



Alice Jungblut Braun / Geovana Klaus Magalhães

A imagem 2 se refere à Revolução de 1930. Na fotografia, vê-se Getúlio Vargas embarcando em Porto Alegre para o Rio de Janeiro, a fim de assumir o comando civil da rebelião e depor Washington Luís. Ainda, pode-se observar o mesmo aspecto da imagem 1: Vargas próximo ao povo, fazendo questão de envolvê-lo – até certo ponto – na política.

Neste ponto, Getúlio possuía reais chances de se tornar o próximo presidente – ser apoiado pelo povo era essencial não apenas para sua eleição, mas também, para a manutenção do seu governo. Dessa forma, pode-se afirmar que essa aproximação ao povo não foi apenas uma estratégia de campanha política, mas sim, uma estratégia de governo. A imagem ainda reforça a ideia aqui discutida sobre a participação majoritariamente masculina no processo de ascensão de Vargas, por novamente retratar a pouca adesão feminina.

Essa aproximação realizada por Getúlio Vargas não era por acaso – foi uma estratégia pensada e articulada para diferenciá-lo da maneira de fazer política das elites cafeeiras, que não envolviam a população. Ainda, conseguiu obter o apoio de diversas camadas da população brasileira logo no início de sua ascensão política nacional, o que foi essencial durante toda a sua trajetória.

Nesse sentido, o então presidente havia realizado um feito novo no Brasil: a utilização de imagens e propagandas políticas voltadas para os seus interesses, que serviriam de apoio durante seu governo. Assim, com a imagem de governante voltado para o povo já consolidada e que trazia consigo o apoio de diversas classes sociais, Vargas realizou esforços para mantê-la, reforçá-la e difundi-la ainda mais durante o primeiro período em que foi presidente do Brasil (1930 – 1937). Durante esses anos, ficou evidenciada a utilização de vários elementos nas fotografias do então presidente.

No âmbito dos símbolos visuais, os cuidados com a família, em sua composição nuclear, seja na constituição ou pelo reconhecimento do Estado, e à educação dos jovens foram pontos de estudos à parte sobre o governo Vargas. É neste sentido que a fotografia documenta e informa também sobre a cultura, inclusive nos momentos em que esta comunicação se dá de forma menos latente. (MACHADO JÚNIOR, 2015).

Através de tais ações, é possível verificar que, ainda antes do Estado Novo, durante o Governo Provisório e o Governo Constitucional, a figura de Getúlio Vargas já havia começado a ser trabalhada como exemplo de presidente (GOMES, c2020). Dessa forma, fica evidente que a solidificação de sua imagem perante o povo brasileiro foi planejada e calculada. Utilizando desses fatores e inserindo símbolos republicanos em suas representações – como a bandeira do Brasil –, Getúlio se aproximava da população representando os valores da época.

### 3. Getúlio Vargas e o Estado Novo

No poder desde 1930, através de um governo provisório e, a partir de 1934, eleito indiretamente para a presidência do país, Getúlio Vargas não poderia concorrer às eleições presidenciais de 1938, pois, de acordo com a nova Constituição (1934), ele não poderia ser eleito para dois mandatos seguidos. Em 1935, o país já estava em efervescência política e social, também impulsionado pelo contexto internacional – ascensão do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha, por exemplo. Em decorrência disso, diversas manifestações estavam sendo organizadas.

Ainda em 1935, vários levantes organizados por comunistas foram realizados e, apesar de não possuírem muito apoio popular e terem sido sufocados, Vargas pressionou o Congresso a aprovar o estado de sítio no país. Pouco tempo depois, foi aprovado o estado de guerra por noventa dias – medida que foi prorrogada até julho de

Alice Jungblut Braun / Geovana Klaus Magalhães

1937 (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 372). A partir de então, iniciou-se um período de grande violência policial – incluindo torturas – àqueles que fossem “suspeitos” de conspiração. Tais ações basicamente eliminaram os opositores de esquerda ao governo de Getúlio.

Em 1937, após muita censura, repressão e propaganda anticomunista por parte do Estado – com a intenção de apavorar a população – Getúlio Vargas julgava ter alcançado seu objetivo. O Plano Cohen, um suposto plano comunista, que ameaçava realizar um golpe para chegar ao poder político, mais tarde, comprovou-se falso. Vargas usou-o para dar um “autogolpe” e foi bem sucedido. A partir de então, instaurou uma nova ditadura, chamada de Estado Novo (1937 – 1945). Entretanto, o golpe e a manutenção do regime só foram possíveis devido ao apoio do Exército, das oligarquias regionais e da elite política.

Para instaurar a nova ditadura, o Congresso Nacional foi fechado, todos os partidos políticos foram extintos e uma nova Constituição foi imposta. Tal Constituição possuía caráter autoritário e desta se podem destacar alguns pontos, como a pena de morte e o fim da autonomia administrativa federativa. Na teoria, o novo regime estava concentrado na figura de Getúlio Vargas e a centralização política consolidou-se ao redor de sua figura, sobrepondo-o ao Poder Judiciário.

Também, havia um vasto aparato estatal com o intuito de possuir um controle policial e ideológico sobre a população. Dentre esses diversos aparatos, pode-se destacar o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O DOPS, apesar de ter sido criado em 1924, teve uma atuação fundamental no mantimento e sucesso da ditadura, pois agiu na repressão de movimentos sociais que se opunham ao governo e foi responsável por muitas das tor-

**“A construção de um mito”**

turas realizadas aos opositores. Tal aparato abrangia a totalidade do país, com o objetivo de controlar o comportamento político da população (JAMBEIRO, 2004, p. 14), resultando em pessoas amedrontadas e sem liberdade de expressão.

Já o DIP logo se tornou um dos principais pontos de apoio de Vargas durante o Estado Novo e o êxito da nova ditadura estava intrinsecamente ligado a ele. No início de 1938, mudou-se o então Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) para o Departamento Nacional de Propaganda (DNP). Depois, no final de 1939, este aparato tornou-se o DIP, o qual, em âmbito federal, foi um veículo tanto de comunicação quanto de controle social.

De acordo com o CPDOC (c2020), o departamento possuía os setores de divulgação, radiodifusão, teatro, cinema, turismo e imprensa e sua função era difundir a propaganda oficial do governo e cuidar da censura à imprensa e aos meios de comunicação. Assim, era responsável por coordenar, orientar e centralizar a propaganda interna e externa, aplicar censura às manifestações artísticas, organizar manifestações cívicas, festas patrióticas, exposições, concertos e conferências e dirigir o programa de radiodifusão oficial do governo. Este último aspecto foi particularmente importante para o Estado Novo, se tornando um de seus pilares e um dos principais instrumentos de doutrinação às políticas deste por ser de fácil alcance, ou seja, o povo conseguia acessá-lo.

O próprio governo facilitava o acesso ao rádio, disponibilizando-o em escolas e estabelecimentos agrícolas e industriais. Vargas também criou o programa “Hora do Brasil”, que possuía transmissão obrigatória em todas as emissoras de rádio do país. O programa exaltava a cultura brasileira e o civismo, além de divulgar as ações do governo – como campanhas governamentais – servindo também como um espaço para comunicados oficiais do presidente à população. Assim, fica evidente que Getúlio Vargas investiu pesadamente em propaganda e o DIP cuidava da imagem do projeto político e da imagem pessoal de Getúlio Vargas.

Epígrafe, São Paulo, v. 10, n. 1, pp. 218-246, 2021



Imagem 3: A juventude no Estado Novo. Fonte: Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).<sup>2</sup>

A Imagem 3 foi retirada diretamente de uma publicação oficial do DIP intitulada *A Juventude no Estado Novo*, disponível digitalmente pelo CPDOC. Tal publicação era voltada para as crianças e jovens, contendo diversas ilustrações de Getúlio Vargas próximo a essa camada da população, assim como ilustrações dos valores que o governo desejava transmitir à juventude – como respeito aos mais velhos e à autoridade, civismo, patriotismo, educação e a própria exaltação da figura do presidente. As imagens foram

<sup>2</sup> Na imagem, lê-se “Precisamos reagir em tempo contra a indiferença pelos princípios morais, contra os hábitos do intelectualismo ocioso e parasitário, contra as tendências desagregadoras, infiltradas pelas mais variadas formas nas inteligências moças, responsáveis pelo futuro da Nação.” Retirado pelo DIP de um pronunciamento de Getúlio Vargas.

**“A construção de um mito”**

complementadas por trechos de discursos e pronunciamentos de Vargas, para evidenciar a preocupação deste com os jovens.

Por ter sido produzida e veiculada pelo DIP, através da imagem acima é possível notar alguns aspectos muito importantes da propaganda do Estado Novo e dos valores que o governo desejava passar à população. A imagem 3, em específico, traz a representação de Getúlio Vargas como uma figura patriarcal, próxima ao povo – por estar se dirigindo às crianças e jovens –, patriótica – pela presença das bandeiras do Brasil – e de um homem a ser seguido pelas novas gerações.

Esse último elemento era muito presente nas propagandas produzidas pelo DIP. Nas escolas, havia a presença de rádios, fotos de Getúlio, horas cívicas, comemorações do aniversário do então presidente e o próprio às vezes se fazia presente para discursar. À soma disso, como evidenciado pela imagem 3, havia propagandas – e também revistas – voltadas exclusivamente para crianças e jovens brasileiros, na intenção de garantir futuros patriotas e que estes fossem doutrinados a seu projeto político desde cedo. Nesse sentido,

[...] a educação foi utilizada como propaganda ideológica, política e social para o Estado-Novo, com o objetivo de mostrar que o governo, importava-se com a educação brasileira tendo a mesma, como prioridade em seu governo. (SANTOS; SILVA, 2019, p. 3).

Dessa forma, o governo de Vargas não demonstrava apenas preocupação com a educação do país, mas também com o futuro deste – cujos responsáveis seriam tais crianças e jovens a quem ele se dirigia. De acordo com Desia Senhorinha Cabral de Souza (2005, p. 28), em todo o país, Getúlio era retratado como o “homem que não deixou o Brasil se afundar nos efeitos da crise de 1929”, ou seja, o “salvador da pátria”.



Alice Jungblut Braun / Geovana Klaus Magalhães

Com tudo isso, é possível compreender melhor a sua figura de “pai dos pobres”, como é vista até a atualidade. Tal alcunha vem do grande avanço em direitos trabalhistas – mesmo que limitados – que foram conquistados durante os anos de Vargas no poder. Entre elas, pode-se citar a jornada de oito horas, regulações do trabalho da mulher e do menor, lei de férias, instituição da carteira de trabalho e o direito a pensões e à aposentadoria (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 362). Ademais, os sindicatos foram oficializados, mas eram subordinados e controlados pelo Ministério do Trabalho.

Estes avanços garantiram um dos grandes pontos de apoio de Getúlio Vargas: as classes operárias, que vinham há muito clamando por seus direitos. Entretanto, é importante ressaltar que essa imagem só conseguiu ser alcançada e solidificada com a ajuda do DIP, através da divulgação maciça de tais direitos trabalhistas.

Ainda, diversas celebrações de datas especiais e comemorativas eram promovidas pelo governo. Uma das principais era a comemoração referente às conquistas dos trabalhadores e o papel de Vargas nestas. A data de 1º de maio foi escolhida para celebrá-las e, a partir de 1939, Getúlio começou a realizar grandes comemorações oficiais como um exemplo de seu projeto cívico. Nestas, sempre eram reunidas milhares de pessoas e ele sempre se dirigia a população reunida como “trabalhadores do Brasil”.



Imagem 4: Vargas desfilando em carro aberto na concentração trabalhista de 1º de maio, no estádio municipal do Pacaembú. Fonte: CPDOC.

A imagem 4 traz o registro de uma dessas comemorações, que foi realizada em 1944 em São Paulo, no estádio municipal do Pacaembu. Nela, pode-se ver a grande concentração de trabalhadores que se reuniram para saudar Vargas. O então presidente acena de um carro aberto, sorridente, se mostrando aberto ao povo. Na parte da frente deste carro, vê-se também um fotógrafo que registra os acenos e reações da multidão. Assim, essa fotografia retoma a representação de Getúlio como uma figura próxima ao povo e sensível às suas necessidades, bem como um grande e querido reformador e estadista.

Como visto anteriormente, esse aspecto de Vargas como um presidente próximo ao povo já ocorria desde o início de sua trajetória de ascensão ao poder, ainda na campanha de 1930. Desde então, como evidenciado pelas imagens aqui trazidas, ele procurava manter essa representação e reforçar sua posição de liderança. Além disso, as ideias de lar, escola e pátria eram frequentemente utilizadas nas propagandas voltadas ao povo, estando interligadas, pois,

Alice Jungblut Braun / Geovana Klaus Magalhães

A disseminação do rosto de Getúlio Vargas, personificando o Estado e o regime, era constante, seja através de fotos, cartazes, lemas, dísticos, moedas, selos, placas comemorativas, seja a intitular grandes instituições, provas esportivas e logradouros públicos. (MOLINA, 1997, p. 103).

Também é possível notar que o Estado e a imagem de Getúlio estavam intrinsecamente articulados, uma vez que a estrutura altamente centralizada permitia ao governo exercer o controle da informação e da opinião pública, além de moldar a cultura brasileira aos propósitos do Estado Novo, deixando pouco espaço para oposição. Ainda assim, mesmo sendo considerado e celebrado como um herói pelos trabalhadores da época, Vargas também era um ditador. Levando esses fatores em consideração, é possível afirmar que Vargas utilizava da auto divulgação de seus feitos e era pintado como redentor, ao mesmo tempo em que o país estava vivendo sob aspectos autoritários, como a censura e a repressão policial.

Entretanto, essa imagem e a ditadura do Estado Novo não conseguiram se manter após o fim da Segunda Guerra Mundial (1938 – 1945), pois o Brasil optou em firmar uma aliança – por razões econômicas – com os Aliados, os quais defendiam valores contrários àqueles expressados pelo governo de Getúlio Vargas. A partir de então, a propaganda, a opinião pública e o próprio alinhamento interno do governo começaram a colapsar, causando o fim do Estado Novo poucos meses depois do final da Segunda Guerra. Getúlio Vargas foi deposto através de um golpe militar, que reinstaurou a democracia no país – ainda que antes houve o movimento chamado de “queremismo” por parte do povo, que defendia a permanência de Vargas.

#### **4. A volta democrática de Vargas**

Após o fim do Estado Novo, Getúlio Vargas foi afastado do Catete, mas não teve seus direitos políticos cassados. O ditador deposto não foi exilado nem preso. Dessa

**“A construção de um mito”**

forma, a candidatura de Getúlio ao Senado Federal e à Assembleia Nacional Constituinte, de 1946, serviu para testar nas urnas sua popularidade. Com isso, Vargas manteve-se presente e necessário nesse “tabuleiro de transição” e fez do Senado um palanque no qual pudesse valorizar as condutas de sua gestão, protegendo o Estado Novo do bombardeio que estava por vir (AURÉLIO, 2009, p. 55).

Em junho de 1946, Getúlio, então senador da República, tomou posse na Assembleia Constituinte. Recebendo aplausos e vaias, Vargas queria manter-se na memória da população para com sorte retomar a presidência. Assim, em 1950, a esperada aliança entre o partido da União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD) não se desenvolveu, de maneira que optaram por candidaturas próprias, indicando respectivamente Brigadeiro Eduardo Gomes e Cristiano Machado. Getúlio se candidatou pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e logo ganhou o apoio dos trabalhadores. “Sua campanha política foi feita com a utilização de caminhões equipados com alto-falantes e de volantes impressos que divulgavam seu programa de governo.” (ABREU, c2020).

Percorrendo o país em dois meses, lembrou seu plano de desenvolvimento econômico e industrial, dando destaque à Companhia do Vale do Rio Doce e à Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda (CSN). Ao contrário, Eduardo Gomes discursava em favor da economia liberal e, conseqüentemente, oposto à legislação trabalhista. Com isso, Getúlio Vargas foi eleito Presidente da República com 48,7%, isto é, com 3.849.040 dos votos. Os udenistas procuraram anular o resultado, questionando a legitimidade da vitória de Getúlio – ele não havia atingido a maioria absoluta dos votos: 50% mais um –. Sem sucesso, o recurso da UDN foi indeferido no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Alice Jungblut Braun / Geovana Klaus Magalhães

Novamente presidente, mas pela primeira vez eleito democraticamente, Vargas apostava na “conexão direta” entre o Poder Executivo e a população, enquanto a oposição reforçava os boatos golpistas através da imprensa e grandes veículos de comunicação. Em meio a isso, Vargas deixava claro seu interesse pelo desenvolvimento nacional e pela industrialização e defendia a necessidade de intervenção do Estado na economia (D’ARAÚJO, 2017, p. 34). Em 1952, o salário mínimo aumentou pela primeira vez desde a sua criação em 1942. Em maio de 1954, Vargas aprovou o aumento de 100% no salário mínimo e a Petrobras foi instalada.

Para a construção e manutenção da imagem de Getúlio em seu governo democrático, a Agência Nacional foi um aparato fundamental. Esta foi criada como parte integrante do Departamento Nacional de Informações (DNI) em 25 de maio de 1945, pelo Decreto-Lei que também extinguiu o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Mais tarde, em 6 de setembro de 1946, com a dissolução do DNI, a Agência foi mantida e subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Com isso, suas competências foram reformuladas. Agora a Agência Nacional deveria informar sobre as atividades nacionais ao público, bem como sobre os interesses da nação, no que concerne a vida econômica, industrial, agrícola, cultural, artística e social. E, sendo assim, ao contrário do DIP principalmente, a Agência não tinha função de censura à imprensa nem papel de controle ou autoridade. Em vez disso, suas principais atividades estavam voltadas à produção de informações acerca do governo e da propaganda política de Getúlio Vargas, de maneira a alcançar todo o país, seja por meio de rádio, mídia impressa ou cinema.

Dessa forma, os Cinejornais serão aqui destacados, uma vez que a característica audiovisual facilita a interação com o público e traz caráter mais verossímil. Isto é, as imagens documentárias parecem poder provar ou transmitir os fatos exatamente

**“A construção de um mito”**

como aconteceram (CASTRO, 2013, p. 89). Exibidos como complementos aos filmes do circuito comercial, os Cinejornais eram curtas-metragens periódicos produzidos especialmente para o cinema.

Dito isso, em meio aos diversos temas abordados nos Cinejornais durante a última fase de Getúlio na presidência, os mais frequentes envolvem as relações entre governo e militares, as relações exteriores, a industrialização e modernização, as políticas internas, a cultura, a assistência social, a saúde e educação e as manifestações populares – cujas representações se fazem somente por cenas do Comício dos estudantes contra o Comunismo. Nestas variadas temáticas, acompanhado da construção de uma realidade livre de conflitos, a exaltação da figura de Vargas e de seu governo é elemento comum. Mesmo no auge das situações de crise, a produção veiculava realizações e experiências positivas a fim de criar uma atmosfera pró-governo. A modernização e a industrialização assumiram papel de destaque, essenciais ao apontar o progresso do Brasil enquanto Getúlio estava à frente da presidência.

Já em relação à imagem do presidente, podem-se notar aspectos propagandísticos que já haviam sido utilizados no período anterior, quando Vargas ocupou a presidência do país. Cenas em que este está cercado por crianças voltam a ser veiculadas, concedendo-lhe um aspecto calmo, inofensivo e protetor.

Getúlio Vargas aparecia em quase todos os Cinejornais do período de 1951-1954 como figura central. Ao lado de parlamentares e militares, sua posição era de destaque, dando a impressão de que estava sempre bem protegido e apoiado. Quando caminhava pelas ruas de Petrópolis, transmitia um ar de candura e bondade. E, ao discursar, o ângulo das câmeras desempenhava o papel de conferir-lhe aspecto de magnitude e importância (CASTRO, 2013, p. 122). Por estas e outras maneiras, procurava-se construir a imagem de Vargas como a solução para o Brasil, e não como um problema como



apontavam as oposições. Portanto, os Cinejornais e as demais produções midiáticas oficiais foram parciais ao não apresentarem conflitos, falhas e nem disputas<sup>3</sup>.

Em contraste, os veículos de comunicação tomaram grande papel nas manifestações da oposição. Afetada pela Constituição de 1937, responsável por abolir a liberdade de expressão do pensamento e censurar todos os meios de comunicação, a imprensa, em sua maioria, repudiou a volta de Vargas e atacou as propostas políticas, econômicas e sociais do candidato (ABREU, c2020). Sob a liderança de Carlos Lacerda, o jornal *Tribuna da Imprensa* foi o principal opositor ao governo de Getúlio. Com o intuito de desconstruir a imagem de Vargas, Lacerda também buscava promover a deposição do presidente. Quando este foi eleito democraticamente, aquele logo se posicionou em favor do recurso da UDN que buscava anular o resultado.

No *Tribuna da Imprensa*, o jornalista denunciava ainda a corrupção de Vargas, chamando-o de “Patriarca do roubo” e “Gerente-geral da corrupção do Brasil”. Dessa forma, de acordo com Souza (2005, p. 66-67), acusando o presidente de colaborar com atos criminosos, de corrupção e de imoralidade, Lacerda foi a principal voz na promoção do *impeachment* falho de Getúlio. Além disso, o jornalista criticou a promulgação do reajuste do salário mínimo em 100% e desmoralizou a família do presidente, sobretudo quando escreveu sobre o Atentado de Tonelero.

Acontecido em 5 de agosto de 1954, o Atentado de Tonelero consistiu em disparos contra Carlos Lacerda e o major Rubem Florentino Vaz – assassinado na ação – e fortaleceu a pressão pela renúncia de Vargas, que já vinha se agravando com o crescimento da inflação e com a onda de greves entre a classe trabalhadora. O ato

---

<sup>3</sup> Como exemplo das características citadas como componentes dos Cinejornais, indica-se o Cinejornal Informativo v. 2 n° 34 (1951). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-f2Esd7ZGQk>>.

"A construção de um mito"

incendiou a oposição: Getúlio Vargas foi apontado como suspeito por encabeçar o crime, já que Lacerda não poupava críticas a seu governo. Fez-se, então, uma campanha ainda mais ferrenha da oposição e, evidentemente, do jornalista contra Vargas, dedicando-se a desconstruir a imagem do último.

**TRIBUNA DA IMPRENSA**  
ANO VI — N. 1.417 — UM JORNAL QUE DIZ O QUE PENSE PORQUE PENSE O QUE DIZ — Segunda-feira, 23 de Agosto de 1954

**GREVE NA MARINHA E NA AERONÁUTICA SE VARGAS FICAR MAIS 48 HORAS (Pág. 2)**

**OS BRIGADEIROS REUNIDOS**

**DECISÃO UNÂNIME: RENÚNCIA DE VARGAS**

Noite agitada no país inteiro — Intensa movimentação nos círculos militares — Censurados as estações de rádio — Isolado o Palácio do Catete por um pelotão da Polícia do Exército — Zenóbio promete garantir a ordem — Café Filho propõe a Vargas a renúncia de ambos, em favor do presidente da Câmara — Reforçada a guarda nos Ministérios Militares — Prontidão rigorosa nas Forças Armadas e na Polícia — Prisão de Raul Brunini, logo relaxada — Declarações dos ministros da Guerra e da Justiça e do chefe do Gabinete Militar da Presidência da República — Os fatos e os boatos

(PÁGINA 4)

**TODOS OS CRIMINOSOS SABIAM QUE LUTERO ERA MANDANTE (Pág. 8)**

**GREGÓRIO ERA O VERDADEIRO PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Decidia sobre todos os assuntos — Arranjava casa, emprego e telefone — Tirava o "barato" de todos os principais bicheiros do Rio — Correspondia-se com ministros de Estado — Dulcídio nomeava seus capangas — Recebia comunistas no Palácio — Lembretes de Hugo Borghi — Um emprego em troca de Cr\$ 20 mil — Wainer lhe oferecia charutos, por sugestão de Vargas — Escândalos estardalhaçados nos arquivos secretos do chefe da Guarda Pessoal do presidente da República — (TEXTO NA PAGINA 2)

**Lutero e Lodi já indiciados como mandantes**

Roberto Alves é o terceiro — "Beijo" Vargas, fortemente suspeito — Lutero conta detalhes de estorpecer sobre a intimidade do Catete — Gregório acusa Euvaldo Lodi, que o teria convencido a eliminar o jornalista Carlos Lacerda, no terceiro convite — Propôs enterrar Lacerda num poço — Climério confessou — O Catete tenta comprometer Artur Pires — (PÁGINA 3)

Imagem 5: Decisão Unânime: Renúncia de Vargas. Fonte: Tribuna da Imprensa, 1954.

Nesta manchete do dia 23 de agosto de 1954, dezoito dias após o atentado, vê-se na primeira página do *Tribuna da Imprensa* acusações incisivas contra a família de Vargas apontando, principalmente, Lutero Sarmanho Vargas – filho primogênito de Getúlio – como mandante do atentado. O jornal de Lacerda determinou, ainda, que a renúncia de Vargas era inevitável. A partir desse momento, iniciava-se um período de ataques mais ferozes, com investigações e cobranças de renúncia, inclusive das Forças Armadas. Também, Café Filho, o então vice-presidente, sugeriu a Vargas que deixasse o poder.

Vargas, que se recusava a renunciar ou ser deposto novamente, viu-se sem saída e preferiu a morte. No dia 24 de agosto de 1954 disparou um tiro no próprio peito.

Antes de disparar um tiro no peito, Vargas escreveu uma carta testamento, em que se coloca como governante no papel de defensor, representante e libertador do povo. Com sua morte sagrava-se mártir e consolidava seu nome no panteão político brasileiro, associando-o definitivamente à bandeira dos interesses nacionais e do trabalhismo. (DEL PRIORE, 2017, p. 146).

O suicídio e a Carta Testamento de Vargas provocaram um impacto imenso. As grandes cidades viram numerosas manifestações populares, em que pessoas armadas com pedaços de madeira gritavam ao presidente e rasgavam cartazes dos candidatos antigetulistas. A comoção era tanta que, acompanhando o corpo de Getúlio até o aeroporto Santos Dumont, reuniu-se a maior multidão da história do Rio de Janeiro (LAMARÃO, c2009). Assim, no âmbito político, a oposição acabou por recuar devido à reação popular, perdendo a vantagem política que acumulara até então. De forma que, segundo Del Priore (2017, p. 149), “[...] o choque do desfecho trágico, a divulgação pelo

**“A construção de um mito”**

rádio e a sentida reação popular à morte de Vargas suspenderam, por mais de dez anos, o golpe militar em curso.”.

Ao lado disso, seu suicídio firmou-o na memória popular. Sua morte e sua Carta Testamento tiveram papel fundamental na construção de sua imagem e legado, findando e consolidando o sentido e o percurso da construção da sua imagem. Vargas foi celebrado herói e mártir (D'ARAÚJO, 2017, p. 37). Pois, como afirma Luciana Quillet Heymann (c2020),

Com a morte, especialmente a morte heroica, os homens públicos fazem a passagem de uma forma de existência dominada pelas vicissitudes conjunturais, pelas disputas que caracterizam o tempo da política, a uma outra, marcada pela noção de continuidade, de superação da própria morte, que caracteriza o tempo histórico.

Nesse sentido, o suicídio de Getúlio torna-se emblemático. Afinal, suas principais motivações deram-se tanto a fim de cessar a crise que assolava o país quanto para escapar aos embates políticos que difundiam graves acusações. Junto a isso, o tiro no próprio peito e o texto que aclama a própria epopeia inscrevem-no definitivamente no imaginário político brasileiro.

**5. Considerações Finais**

Segundo Heymann (c2020), um legado político, quando associado a um personagem, resulta imediatamente da relevância da trajetória desse personagem, das estratégias e dos recursos que impulsionaram a construção de uma imagem pública. E esta, ao carregar forte carga simbólica, converte-se em modelo e pioneira de um projeto, que pode ser político, social ou ideológico.

Levando isso em consideração e as ações de Vargas para construir e solidificar sua imagem, pode-se notar, ao decorrer dos anos que a imagem de Getúlio Vargas vai

se “iconizando”, a própria representação visual do poder (MACHADO JÚNIOR, 2015). Tanto por suas ações políticas quanto pela imagem que prezou construir, Vargas se tornou o primeiro presidente lembrado até a atualidade como um dos grandes políticos brasileiros. Dessa forma, a memória política nacional se tornou indissociável do nome de Getúlio Vargas.

Primeiro, em 1930, aproximou-se da população e mostrou-se como um exemplo de presidente, utilizando, pela primeira vez no Brasil, imagens e propagandas políticas para apoio de seu governo. Em seguida, durante o Estado Novo, é possível notar que a imagem de Vargas faz-se extremamente ambígua. Se por um lado, era o salvador e redentor da pátria, grande estadista e líder carismático. Por outro, era o governante à frente de um regime ditatorial, em que a imprensa foi rigidamente censurada e trabalhadores foram presos e torturados, alguns até mortos.

Depois, com seu retorno à presidência em 1951, desta vez pelas vias democráticas, vê-se o exemplo da força de sua imagem perante o povo brasileiro. A volta ao governo fortaleceu e consolidou Vargas no cenário político brasileiro. Mas, pela primeira vez, a imprensa teve liberdade de expressão durante o exercício de seu mandato – e esta, no geral, assumiu o papel de oposição, criticando e tentando minar sua imagem.

Assim, retomando Ângela de Castro Gomes (c2020), Vargas “ficou conhecido como o ‘pai dos pobres’, o protetor dos trabalhadores, mas também como o presidente em cujo governo trabalhadores foram presos, torturados e até mortos.” Logo, a imagem de Getúlio é extremamente contraditória, tanto com elogios quanto críticas.

Ambos o ditador e o presidente eleito foram responsáveis por reformas na economia e na sociedade brasileira, de maneira que muitas das suas diretrizes foram

**“A construção de um mito”**

bem-sucedidas e conquistaram continuidade no tempo. Isso, porém, não faz de Getúlio um exemplo de líder democrático e nem o dissocia das violências contra trabalhadores e seus opositores no Estado Novo. Contudo, precisa-se entender, ao lidar com política e mitos políticos, que estes não se encaixam em esquematismos simplistas e maniqueístas (GOMES, 2013, p. 459). Sendo assim, a complexidade e ambiguidade de Vargas, fazem-no um grande mito, pois é delas que vêm sua força e permanência. E, por isso, Getúlio Vargas continua sendo discutido e estudado e ainda sendo capaz de nos surpreender.

**Referências Bibliográficas**

.ABREU, Alzira Alves de. Getúlio Vargas e a Imprensa: **Uma Relação Conflituosa**. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), c2020. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/RelacaoImprensa>> Acesso em: 12 jun. 2020.

AURÉLIO, Daniel Rodrigues. **Dossiê Getúlio Vargas**. São Paulo: Universo dos Livros, 2009.

CASTRO, Clarissa Costa Mainardi Miguel de. **O Governo Democrático de Vargas Através dos Cinejornais**. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

DANTAS, Carolina Vianna. Careta. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), 2014. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARETA.pdf>> Acesso em: nov. 2020.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Getúlio Vargas**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. (Série perfis parlamentares; n. 72).

DEL PRIORE, Mary. **Histórias de Gente Brasileira**, vol. 3: República-Memórias (1889 – 1950). Rio de Janeiro: LeYa, 2017, p.138 – 149.

DEPARTAMENTO de Imprensa e Propaganda (DIP). In: **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas** (CPDOC/FGV), c2020. Disponível em:



<<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/DIP>> Acesso em: 20 jun. 2020.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. História e historiografia. São Paulo: Brasiliense, 1970.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Getúlio Vargas: Uma Memória em Disputa. *In*: FGV Repositório Digital, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6722>> Acesso em: 11 jun. 2020.

GOMES, Ângela de Castro. **O Mito Vargas**. *In*: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), c2020. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/AlemDaVida/MitoVarga>> Acesso em: 12 jun. 2020.

GOMES, Ângela de Castro. **Propaganda Política, Construção do Tempo e Mito Vargas: Calendário de 1940**. *In*: ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2003, João Pessoa. Anais [...] João Pessoa: Simpósio Cultura e Política nas Américas, 2003. Disponível em < [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177541\\_ff745cf5b3c7480395cd4f12368072ea.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177541_ff745cf5b3c7480395cd4f12368072ea.pdf) > Acesso em: jun. de 2020.

GOMES, Ângela de Castro. Vargas Exemplar. *In*: FIGUEIREDO, Luciano (Org.). **História do Brasil para Ocupados**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013, p.454-459.

HEYMANN, Luciana Quillet. **A Carta-Testamento e o Legado de Vargas**. *In*: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), c2020. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/AlemDaVida/CartaTestamento>> Acesso em: 18 jun. 2020.

JAMBEIRO, Othon (org.). **Tempos de Vargas: o Rádio e o Controle da Informação**. Salvador: EDUFBA, 2003.

JÚNIOR, Cláudio de Sá Machado. Percursos Visuais do Político: Representação Pública e Performance Fotográfica de Getúlio Vargas. **L'Ordinaire des Amériques**, [S.l.], n 219, 07 dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.4000/orda.2248>. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/orda/2248?frbrVersion=2>> Acesso em: 13 de jun. 2020

LAMARÃO, Sérgio. Carta Testamento. **In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV)**, c2009. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo?busca=Carta+Testamento+de+vargas&TipoUD=0&MacroTipoUD=0&nItens=30>> Acesso em: 18 jun. 2020.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva histórica. **Revista Brasileira de História da Mídia**, [S.l.], v. 2, n.2, p. 11-20, 2013. DOI: <https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.2220134056>. Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4056>> Acesso em: 6 nov. 2020.

MOLINA, Ana Heloísa. Fenômeno Getúlio Vargas: Estado, Discursos e Propagandas. **Historia & Ensino**, Londrina, v.3, p. 95-112, abr. 1997. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/2238-3018.1997v3n0p95>. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12697>> Acesso em: jun. de 2020.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República**: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2016, p. 13-39; 71-171.

SANTOS, Rita de Cássia Grecco dos; SILVA, Elaine Silveira Mello. A Pedagogia da Imagem: o Uso da Imagem como Fonte e Lugar de História e Memória do Estado Novo. **RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [S.l.], v. 05, ed. especial, abr. 2019, artigo nº 1141. DOI: <http://dx.doi.org/10.23899/relacult.v5i4.1141>. Disponível em: <<http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1141>> Acesso em: jun. de 2020.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 351-401.

SOUZA, Desia Sinhorinha Cabral de. **O Mito Getúlio Vargas**: O Enfoque do Jornal Tribuna da Imprensa. 2005. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2005. Disponível em <<http://www.ufjf.br/facom/files/2013/04/DSouza1.pdf>> Acesso em: jun. de 2020.

VERSIANE, Maria Helena. **A Res Publica Brasileira**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2010.

VISCARDI, Cláudia M. R. Além do Café com Leite. **In: FIGUEIREDO, Luciano (Org.). História do Brasil para ocupados**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013, p. 165-169.

## Imagens

Imagem 1: REVISTA CARETA. **Aspecto de uma parte da esplanada do Castello quando o Dr. Getúlio Vargas leu a sua plataforma de Governo.** Rio de Janeiro, n. 1.125, p. 19, 11 jan. 1930. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/careta/careta\\_1930/careta\\_1930\\_1125.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/careta/careta_1930/careta_1930_1125.pdf)> Acesso em: nov. 2020.

Imagem 2: ARQUIVO OSVALDO ARANHA/CPDOC. **Getúlio Vargas deixa Porto Alegre de trem para assumir o comando das forças revolucionárias em marcha para a capital federal.** 1930. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Revolucao1930#>> Acesso em: nov. 2020.

Imagem 3: DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA. **A Juventude no Estado Novo.** [1937-1945], p. 16-17. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/exposicao-virtual/dip/juventude-estado-novo/16-17/>> Acesso em: nov. 2020.

Imagem 4: CPDOC. **Vargas desfilando em carro aberto na concentração trabalhista de 1º de maio, no estádio municipal do Pacaembú.** São Paulo, 1944. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PrimeiroMaio>> Acesso em: nov. 2020.

Imagem 5: TRIBUNA DA IMPRENSA. **Decisão Unânime:** Renúncia de Vargas. Rio de Janeiro, ano VI, n. 1.417, 23 ago. 1954. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/154083\\_01/16957](http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/16957)> Acesso em: nov. 2020.